

textos para
discussão

gemaa

O Programa de Inclusão
Social da USP (INCLUSP)

Anna Carolina Venturini
Pesquisadora IESP-UERJ

Expediente

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

gema.iesp.uerj.br

gema@iesp.uerj.br

Coordenadores

João Feres Júnior

Luiz Augusto Campos

Pesquisadores Associados

Marcia Rangel Candido

Veronica Toste Daflon

Assistentes de pesquisa

Gabriella Moratelli

Thyago Simas

Leandro Guedes

Capa, layout e diagramação

Luiz Augusto Campos



9 / textos para discussão gema

O Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP)

Anna Carolina Venturini
Pesquisadora IESP-UERJ

Este texto discute a inclusão racial e social proporcionada pelo Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP). O objetivo é analisar em que medida as desigualdades de sociais e de raça permanecem presentes no vestibular para ingresso nos cursos de graduação da Universidade de São Paulo. Como o texto demonstra, o número de alunos que cursaram o ensino médio em escola pública na USP no período de 2007 a 2015 evoluiu muito pouco e percentual de alunos pretos e pardos também se encontram incompatíveis com sua presença na sociedade brasileira.

A Universidade de São Paulo (USP) possui um dos processos seletivos mais concorridos do país e, nos últimos anos, tem sido pressionada interna e externamente a adotar ações afirmativas na modalidade de cotas para ingresso nos cursos de graduação. Todavia, apesar da pressão externa e interna, a USP reluta em adotar a modalidade de cotas e criou dois programas de ação afirmativa: o Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP) e o Programa de Avaliação Seriada (PASUSP).

O INCLUSP e o PASUSP foram criados por iniciativa da própria universidade e foram instituídos por meio de resoluções do conselho universitário. O INCLUSP foi criado por meio da Resolução CoG nº 5338 de 19 de junho de 2006 e suas regras começaram a ser aplicadas a partir do vestibular para ingresso no ano de 2007. De acordo com as regras do programa, podem optar pelo INCLUSP os estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas da rede pública municipal, estadual ou federal¹.

¹ Artigos 15 e 16 da Resolução CoG nº 6304 de 5 de julho de 2012.

Os candidatos optantes pelo INCLUSP no vestibular de 2007 receberam um bônus de 3% nas notas da 1ª fase e 2ª fase do vestibular organizado pela Fundação Universitária para o Vestibular – FUVEST. Ao longo dos anos, os percentuais do bônus foram ampliados e os critérios para concessão foram modificados.

No vestibular para ingresso no ano de 2015, os candidatos optantes pelo INCLUSP que não tenham cursado o Ensino Fundamental integralmente em escolas públicas no Brasil receberam bônus de 12% (Bônus INCLUSP-EM), enquanto os candidatos que não tenham participado do PASUSP em 2014 e que tenham cursado também o Ensino Fundamental integralmente em escolas públicas no Brasil receberam bônus de 15% (Bônus INCLUSP-EB).

Ademais, os candidatos optantes pelo INCLUSP que cursaram também o Ensino Fundamental integralmente em escolas públicas no Brasil e que se declararem como pertencentes ao grupo PPI (cor ou raça Preta, Parda ou Indígena), poderão ter um bônus adicional de 5% ao bônus já concedido (Bônus PPI-EB).

Além do INCLUSP, a partir do vestibular de 2009 foi instituído o PASUSP, o qual é realizado por meio de prova que avalia os conhecimentos comuns às diversas modalidades de educação do Ensino Médio. O PASUSP se destina aos interessados que cursaram integralmente o Ensino Fundamental e o 1º ano do Ensino Médio em escolas públicas brasileiras e que estejam cursando, no ano do vestibular, o 2º ou 3º ano do Ensino Médio em escolas públicas brasileiras.

Tal avaliação é feita com base na prova da 1ª fase do Vestibular FUVEST, sendo que a prova deverá versar sobre o conjunto de disciplinas do núcleo comum do Ensino Médio e será constituída de 90 questões em forma de testes de múltipla escolha. O resultado da avaliação é considerado na nota do vestibular para ingresso na USP e confere ao candidato bônus adicional de até 15%, dependendo de seu desempenho.

De acordo com as resoluções instituidoras e os Manuais do Vestibular, a criação de ações afirmativas na USP tem por objetivo: – atuar positivamente na superação das barreiras que dificultam o acesso à USP de estudantes egressos do Ensino Médio Público; incentivar a participação dos egressos da escola pública no

Vestibular da USP (FUVEST); e apoiar com bolsas de estudo e outras ações a permanência desses estudantes nos cursos da USP.

Este texto discute a inclusão racial e social proporcionada pelo Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP). O objetivo é analisar em que medida as desigualdades de sociais e de raça permanecem presentes no vestibular para ingresso nos cursos de graduação da Universidade de São Paulo. Como o texto demonstra, o número de alunos que cursaram o ensino médio em escola pública na USP no período de 2007 a 2015 evoluiu muito pouco e percentual de alunos pretos e pardos também se encontram incompatíveis com sua presença na sociedade brasileira.

A metodologia do trabalho consistiu em uma análise descritiva dos dados estatísticos divulgados pela FUVEST com base nas respostas ao “Questionário de Avaliação Sócio-econômica” fornecidas pelos inscritos e matriculados no vestibular para ingresso nos cursos de graduação da USP. Para tal, foram usadas como fonte de pesquisa os dados que a FUVEST divulga em seu website (<http://www.fuvest.br/>).

O recorte estabelecido contemplou os vestibulares para ingresso na USP a partir do ano de 2007, vez ser esse o primeiro ano de aplicação do INCLUSP. Primeiramente analisamos as variáveis “escola pública” e “raça”, vez serem estes os critérios utilizados pela USP para concessão do bônus. Em seguida, foi analisada a variável “renda familiar”, vez que este critério é adotado pela Lei Federal nº 12.711, a qual determina que as instituições federais de educação superior reservem um percentual de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Critérios e Metas

Até o vestibular para ingresso em 2013, apenas os estudantes egressos de escolas públicas poderiam ser beneficiados pelo INCLUSP e pelo PASUSP. Todavia, em 5 de julho de 2013 o Conselho Universitário da USP aprovou a Resolução CoG nº 6584, a qual determinou a criação de um bônus adicional de 5% para candidatos que tiverem cursado o Ensino Fundamental e Médio em escolas públicas e que se

declararem pretos, pardos ou indígenas. De acordo com a nova resolução, um aluno negro ou indígena que cursou a educação básica (ensino fundamental e médio) na rede pública poderá ter um bônus de até 25% na nota final do vestibular. Já para os demais estudantes egressos de escola pública, o bônus será de até 20%. Vale notar que, até o ano de 2013, o acréscimo era de 15%. Em suma, no vestibular para ingresso no ano de 2015, a sistema de pontuação acrescida da USP funcionou da seguinte forma:

Quadro 1: Mecanismos de pontuação adotados pela USP

Denominação	Beneficiados	Percentual do bônus
1. Bônus INCLUSP-EM	Candidatos que cursaram o Ensino Médio (EM) integralmente em escolas públicas do Brasil, mas não tenham cursado o Ensino Fundamental (EF) integralmente em escolas públicas no Brasil.	12%
2. Bônus INCLUSP-EB	Candidatos que cursaram os EF e EM integralmente em escolas públicas do Brasil, mas não participam do PASUSP em 2014.	15%
3. Bônus PASUSP/3A	Candidatos que cursaram os EF e EM integralmente em escolas públicas do Brasil e que participam do PASUSP em 2014, mas que não participaram desse Programa em 2013.	15%
4. Bônus PASUSP/3B	Candidatos que, além de terem cursado os EF e EM integralmente em escolas públicas do Brasil, participaram do PASUSP em 2013 e participam desse Programa em 2014.	15% do Bônus PASUSP/3 ^a e até mais 5%, dependendo do seu desempenho na 1 ^a fase do FUVEST 2014
5. Bônus PASUSP/2	Candidatos que estejam cursando o 2 ^o ano do EM em escolas públicas do Brasil em 2014 e que participam do PASUSP em 2014.	5%
6. Bônus PPI-EB	Candidatos que cursaram os EF e EM integralmente em escolas públicas do Brasil e se declararem pertencentes ao grupo PPI (cor ou raça Preta, Parda ou Indígena).	5% adicionais ao bônus do tipo 2, 3, 4 ou 5 já concedido

Fonte: GEMAA, a partir de dados da FUVEST.

Além disso, em 4 de julho de 2013, por meio da Resolução n^o 6583, a USP instituiu um Plano Institucional, o qual tem por objetivo atingir as seguintes metas até o ano de 2018:

(i) 50% (cinquenta por cento) dos alunos matriculados em cada curso e em cada turno tendo cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas; e

(ii) dentro desses 50% (cinquenta por cento) de matriculados oriundos de escolas públicas, o percentual de pretos, pardos e indígenas deverá atingir aquele verificado pelo último censo demográfico do IBGE.

Tais metas serão consolidadas por meio da execução de ações, dentre as quais a ampliação do bônus, cujos resultados serão acompanhados pelo Conselho de Graduação, visando a atingir, até 2018, os níveis especificados acima.

Entretanto, movimentos sociais e alunos da USP argumentam que o INCLUSP não logrou êxito em promover a inclusão social pretendida e não é suficiente para promover a inclusão de estudantes pretos e pardos na USP. Assim, mostra-se necessário analisar os dados divulgados pela FUVEST para verificar se tal argumento é consistente.

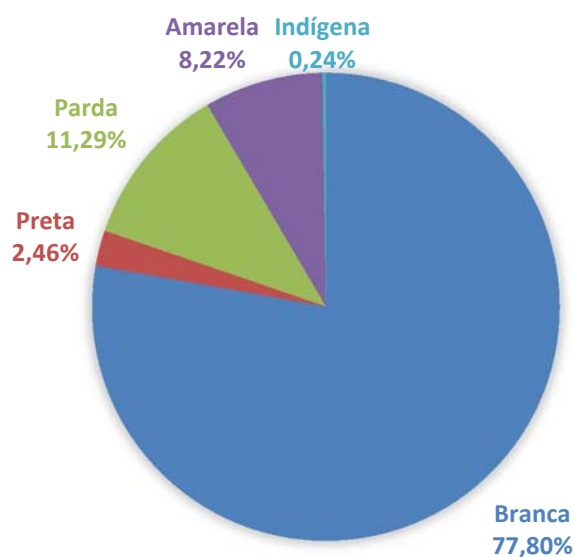
A presente pesquisa se propõe a analisar a inclusão social e racial proporcionada pelo INCLUSP. A série de gráficos que se segue apresenta os percentuais de alunos inscritos e/ou matriculados na USP de acordo com critérios de raça, conclusão do ensino médio em escola da rede pública de ensino e renda familiar.

Resultados

1) Critério racial

Com base nos dados divulgados pela FUVEST a partir dos questionários socioeconômicos preenchidos pelos inscritos e matriculados no vestibular, verifica-se que, desde a adoção do INCLUSP no vestibular para ingresso no ano de 2007 até o vestibular para ingresso no ano de 2015, apenas 11,29% dos alunos que ingressaram na USP eram pardos, 2,46% eram negros e 0,24% eram indígenas.

Gráfico 1: Percentual total de alunos matriculados na USP no período de 2007-2015 segundo cor



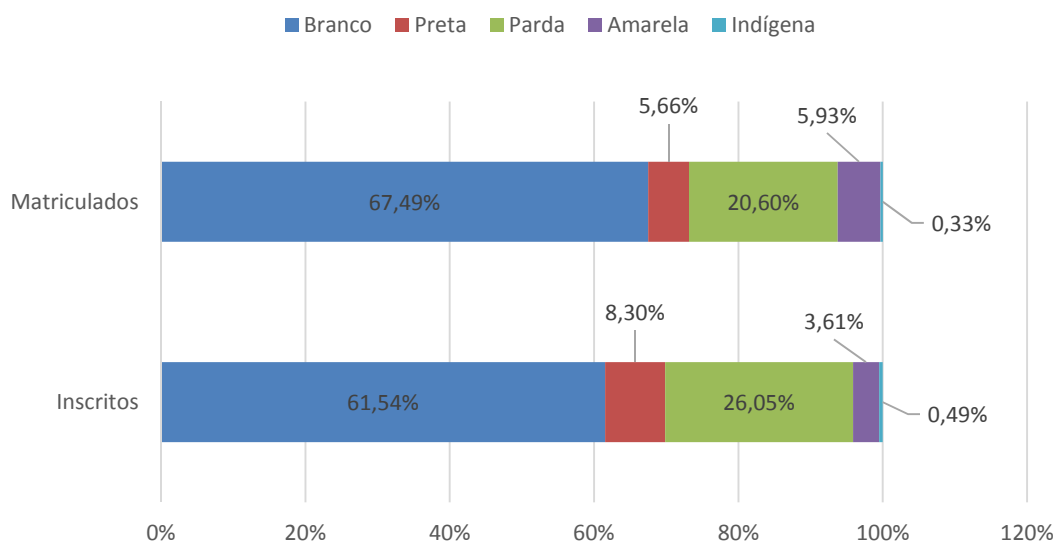
Fonte: GEMAA, a partir de dados da FUVEST.

É importante salientar que a composição da USP ainda não está em consonância com a composição racial do Estado de São Paulo aferida pelo último censo do IBGE, principalmente no que se refere aos alunos pretos, pardos e amarelos. De acordo com dados do IBGE, no Censo de 2010, 63,9% dos habitantes paulistas se declararam brancos, 29,1% pardos, 5,5% pretos, 1,4% amarelos e 0,1% indígenas. No caso da USP, os percentuais de pretos e pardos são inferiores e os percentuais de brancos e amarelos são superiores à média do Estado de São Paulo.

Caso considerássemos que a USP, por sua importância no cenário nacional, deveria seguir a composição racial média do país, o percentual de pretos e pardos estaria muito aquém do esperado, vez que a população brasileira é majoritariamente parda ou preta (55,2%).

No que se refere apenas aos alunos que optaram pelo INCLUSP nos vestibulares para ingresso no período de 2007 a 2015, também se verifica que a proporção de matriculados ainda não acompanha os percentuais da composição racial do Estado de São Paulo como pretendido pelo Plano Institucional aprovado em 4 de julho de 2013.

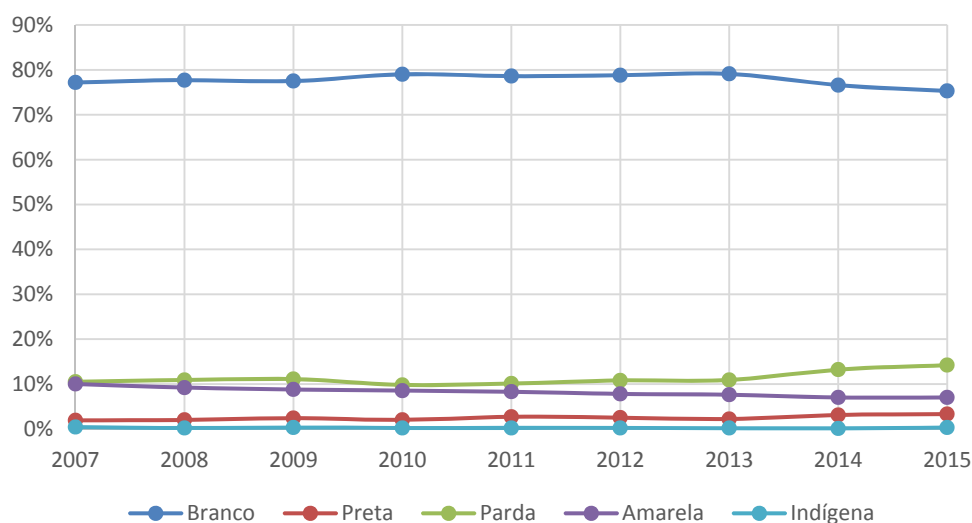
Gráfico 2: Percentual de alunos matriculados e inscritos que optaram pelo INCLUSP segundo cor



Fonte: GEMAA, a partir de dados da FUVEST.

Com base na evolução dos percentuais de ingresso desse período, nota-se que o número de alunos pretos, pardos e indígenas que ingressaram na USP no período de 2007 a 2015 teve um aumento pouco significativo.

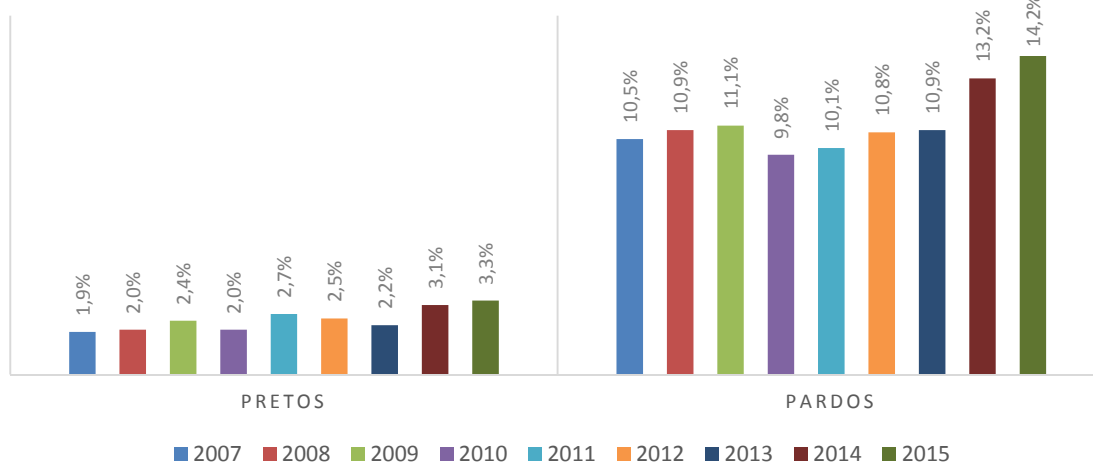
Gráfico 3: Proporção de alunos matriculados no período de 2007-2015 segundo cor



Fonte: GEMAA, a partir de dados da FUVEST.

Além disso, percebe-se que no período em que o INCLUSP apenas beneficiava alunos egressos de escola pública e sem bônus racial, os percentuais de pretos e pardos pouco oscilou e manteve-se na casa dos 2% e 10%, respectivamente. A partir do vestibular para ingresso no ano de 2014 e com a instituição do bônus adicional para alunos da rede pública de ensino autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, o percentual de pretos e pardos tem um crescimento mais significativo, mas ainda insuficiente.

Gráfico 4: Percentual de estudantes pretos e pardos matriculados no período de 2007-2015.

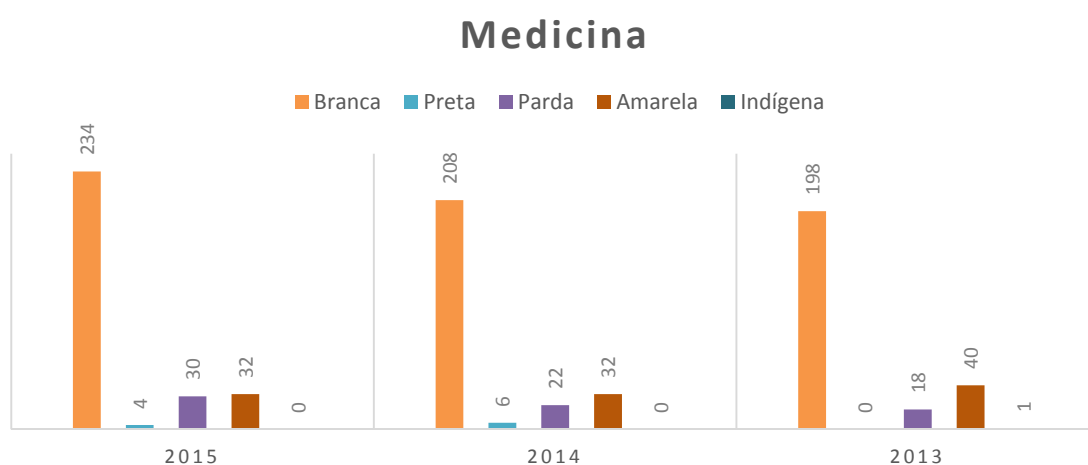


Fonte: GEMAA, a partir de dados da FUVEST.

Se analisarmos o número de alunos pretos, pardos e indígenas que se matricularam nos três cursos mais concorridos da USP (Medicina, Engenharia Civil – São Carlos e Publicidade e Propaganda) desde a adoção do critério racial para concessão do bônus, verificaremos que o número de alunos desse grupo ainda é baixo.

No curso de Medicina, por exemplo, apenas 4 alunos declarados pretos e 30 pardos se matricularam no ano de 2015, o que equivale a 1,33% e 10% do total de alunos matriculados nesse ano. O número de alunos brancos matriculados no mesmo ano corresponde a 78%. Além disso, no ano de 2013 e anteriormente à adoção do critério racial do INCLUSP, nenhum aluno matriculado no curso de medicina se declarou preto e apenas 7% se declararam pardos, enquanto 77% eram brancos e 15,5% eram amarelos. Com relação aos indígenas, apenas 1 aluno indígena se matriculou no curso de Medicina no ano de 2013.

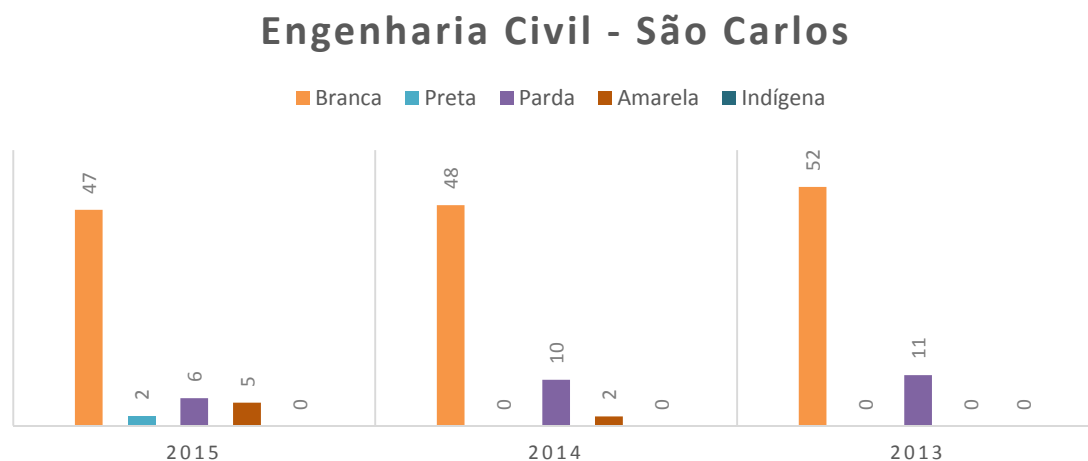
Gráfico 5: Proporção de alunos que se matricularam no curso de Medicina no anos de 2013, 2014 e 2015 segundo cor



Fonte: GEMAA, a partir de dados da FUVEST.

Já no curso de Engenharia Civil – São Carlos, no ano de 2015, apenas 2 alunos pretos e 6 pardos se matricularam, o que corresponde a 3,3% e 10% do total de matriculados. Os brancos representam 78,3% dos matriculados e os amarelos 8,3%. Nos anos de 2014 e 2013, nenhum aluno matriculado se declarou preto. Com relação aos indígenas, nenhum aluno indígena se matriculou no curso de Engenharia Civil da USP de São Carlos nos últimos três vestibulares.

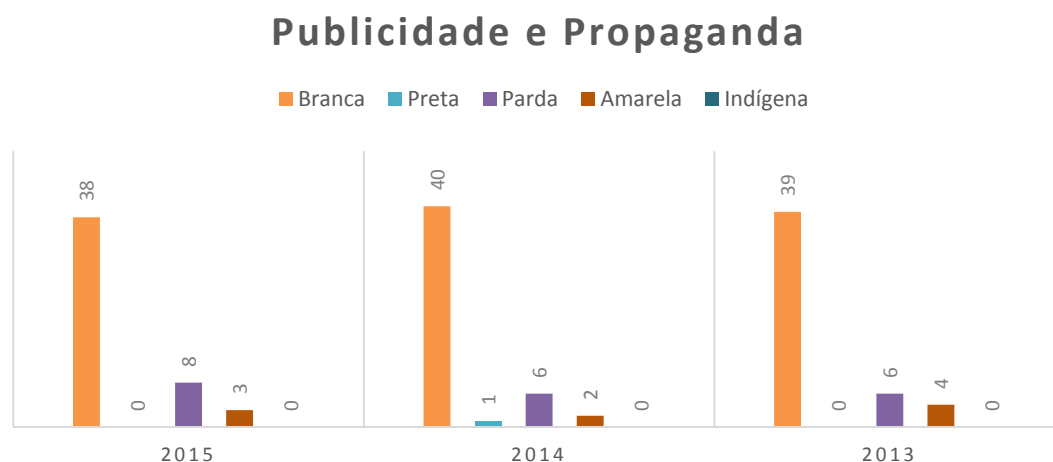
Gráfico 6: Proporção de alunos que se matricularam no curso de Engenharia Civil – São Carlos no ano de 2013, 2014 e 2015 segundo cor



Fonte: GEMAA, a partir de dados da FUVEST.

Por fim, no curso de Publicidade e Propaganda, nos últimos três vestibulares, apenas 1 aluno declarado preto se matriculou nesse curso. Os alunos brancos ainda são maioria, equivalendo a 77,5%, 81,6% e 79,5% do total de matriculados nos anos de 2015, 2014 e 2013, respectivamente. Com relação aos indígenas, nenhum aluno indígena se matriculou no curso de Publicidade e Propaganda nos últimos três vestibulares.

Gráfico 7: Proporção de alunos que se matricularam no curso de Publicidade e Propaganda nos anos de 2013, 2014 e 2015 segundo cor



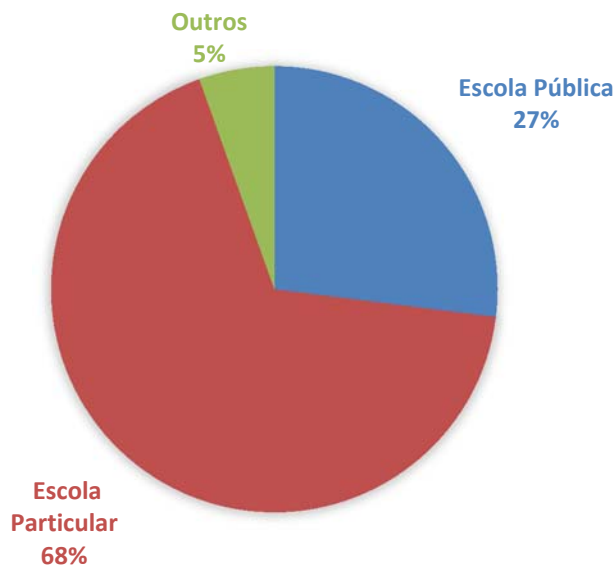
Fonte: GEMAA, a partir de dados da FUVEST.

2) Critério escola pública

Desde a sua adoção no vestibular para ingresso na USP no ano de 2007, o principal critério adotado pelo INCLUSP para concessão do bônus é a conclusão do ensino médio integralmente em escola da rede pública de ensino (municipal, estadual ou federal). Além disso, uma das metas do Plano Institucional aprovado em 4 de julho de 2013 é que, até o ano de 2018, 50% (cinquenta por cento) dos alunos matriculados em cada curso e em cada turno tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas.

Ocorre, porém, que no período desde a sua criação até o vestibular para ingresso em 2015, o número de alunos matriculados que concluíram o ensino médio integralmente em escolas públicas representa apenas 27% do total de matriculados no período. Os alunos egressos de escola particular ainda são mais da metade (68%).

Gráfico 8: Percentual total de alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas e se matricularam na USP no período de 2007-2015.



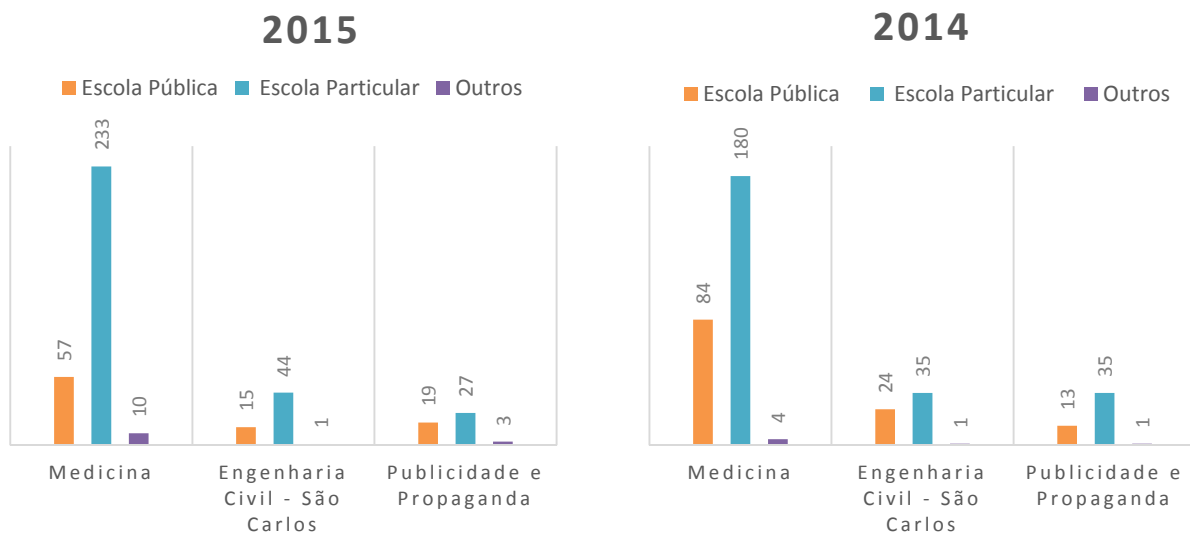
Fonte: GEMAA, a partir de dados da FUVEST.

Nos três cursos mais concorridos da USP (Medicina, Engenharia Civil – São Carlos e Publicidade e Propaganda), percebe-se que a meta do Plano Institucional está longe de ser alcançada.

No vestibular de 2015, por exemplo, apenas 19% dos alunos matriculados no curso de medicina haviam cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. No curso de Engenharia Civil de São Carlos, o percentual é de 25% e em Publicidade e Propaganda de 38,77%.

Se analisarmos os números desses cursos nos últimos dois vestibulares desde a aprovação do Plano de Metas, verificaremos que, em comparação com 2014, no ano de 2015 houve uma queda dos alunos egressos de escolas públicas que se matricularam nos cursos de Medicina e Engenharia Civil – São Carlos e que a maioria dos alunos ainda é oriunda de escola particular.

Gráfico 9: Proporção de alunos matriculados nos anos de 2014 e 2015 segundo o critério de onde concluiu o ensino médio.

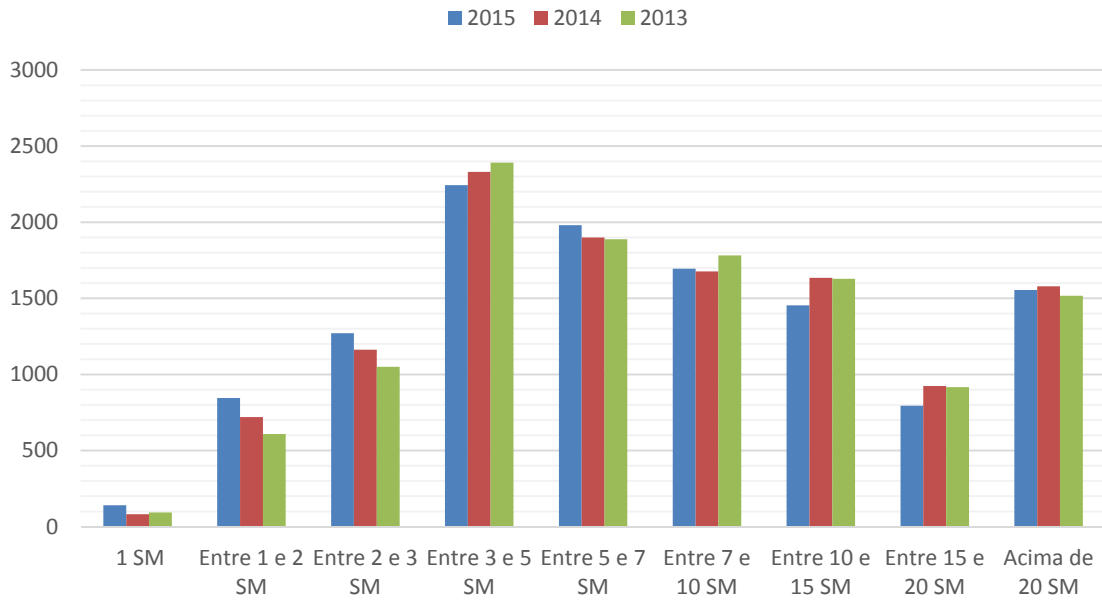


Fonte: GEMAA, a partir de dados da FUVEST.

3) Critério renda

É curioso notar que, diferentemente de outras universidades (especialmente as federais), a USP não adota o critério de renda para selecionar os estudantes da rede pública de ensino que poderão ser beneficiados com o bônus. De acordo com os dados do vestibular para ingresso no ano de 2015, do total de 11.980 alunos matriculados, apenas 141 declararam possuir renda familiar de 1 salário mínimo, enquanto 1555 declararam possuir renda familiar superior a 20 salários mínimos.

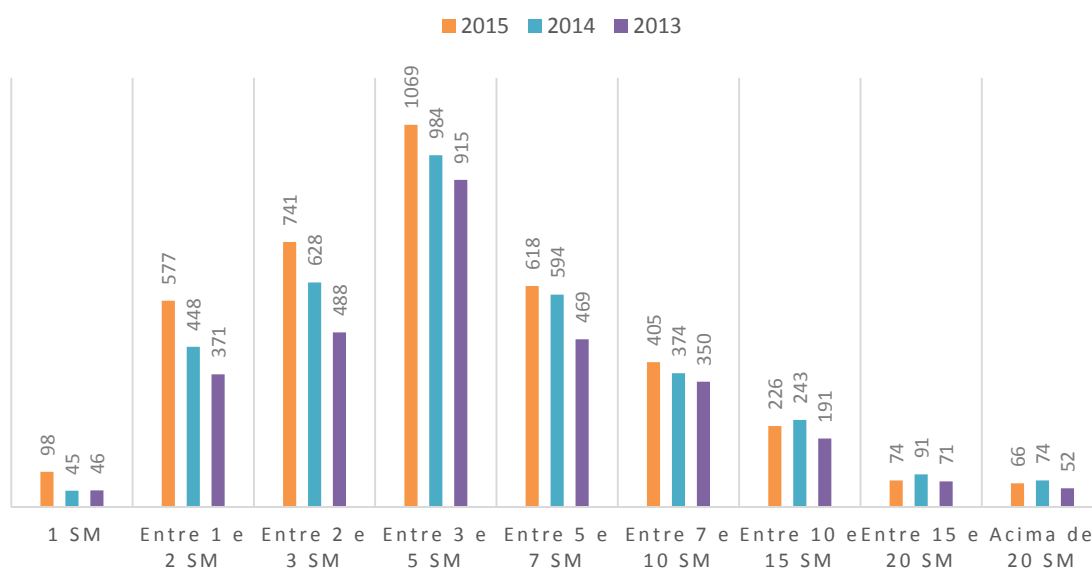
Gráfico 10: Proporção de alunos matriculados nos anos de 2013, 2014 e 2015 segundo a renda familiar



Fonte: GEMAA, a partir de dados da FUVEST.

No que se refere aos alunos optantes pelo INCLUSP, nota-se que a maior parte dos matriculados possui renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos. Todavia, é curioso notar que há alunos beneficiados pelo INCLUSP cuja renda familiar é superior a 15 salários mínimos. No vestibular para ingresso no ano de 2015, por exemplo, 74 alunos beneficiados pelo INCLUSP declararam ter renda familiar entre 15 e 20 salários mínimos², enquanto 66 declararam possuir renda familiar superior a 20 salários mínimos.

² De acordo com a Fuvest, o salário mínimo vigente no ano de 2015 era de R\$724,00. Portanto, 15 salários mínimos correspondem a R\$10.860,00.

Gráfico 11: Proporção de alunos matriculados e optantes pelo INCLUSP nos anos de 2013, 2014 e 2015 segundo a renda familiar.

Fonte: GEMAA, a partir de dados da FUVEST.

Com base nos dados acima expostos, percebe-se que o critério adotado pela USP permite que alunos de alta renda tenham um benefício no vestibular tão somente porque estudam em escola pública, o que contribuiu para a manutenção de uma maior proporção de alunos de renda média e alta na universidade. Caso a USP adotasse o critério de renda juntamente com o critério da escola pública, o bônus poderia permitir que um maior número de alunos carentes de escolas públicas ingressassem na USP, o que traria benefícios não apenas para a comunidade acadêmica, mas para a sociedade como um todo.

Considerações Finais

A presente pesquisa se propôs a analisar a inclusão social e racial promovida pelo INCLUSP no vestibular para ingresso nos cursos de graduação da USP. Com base nos dados analisamos, primeiramente verificamos que a USP ainda é marcada por uma forte desigualdade racial em seu vestibular. Desde o vestibular para ingresso no ano de 2007 até o vestibular para ingresso no ano de 2015, apenas 11,29% dos alunos que ingressaram na USP eram pardos, 2,46% eram negros e 0,24% eram indígenas. Além disso, ao adotar uma ação afirmativa na modalidade de pontuação acrescida na nota final do vestibular e cujo o critério racial apenas concede um

bônus adicional de 5% na nota, a USP optou por um programa de inclusão lento e incapaz de responder rapidamente às pressões por medidas que reduzam a desigualdade racial na universidade.

No que se refere ao critério de conclusão do ensino médio em escola pública, verifica-se que desde a adoção do INCLUSP no vestibular para ingresso no ano de 2007, o número de alunos matriculados que concluíram o ensino médio integralmente em escolas públicas representa apenas 27% do total de matriculados no período. Os alunos egressos de escola particular ainda são mais da metade (68%). Portanto, apesar de ter adotado um programa de ação afirmativa cujo principal objetivo era incluir estudantes da rede pública, o vestibular da USP ainda beneficia uma maioria de alunos oriundos de escolas particulares.

Por fim, diferentemente de outras universidades (especialmente as federais), a USP não adota o critério de renda para selecionar os estudantes da rede pública de ensino que poderão ser beneficiados com o bônus do INCLUSP. A não adoção de tal critério permite que o INCLUSP beneficie alunos cuja renda familiar é superior a 15 salários mínimos. Tal fato contribuiu para a manutenção de uma maior proporção de alunos de renda média e alta na universidade. Caso a USP adotasse o critério de renda juntamente com o critério da escola pública, o bônus poderia permitir que um maior número de alunos carentes de escolas públicas ingressassem na USP, o que traria benefícios não apenas para a comunidade acadêmica, mas para a sociedade como um todo.

Conclui-se, portanto, que a modalidade de ação afirmativa adotada pela USP proporciona uma inclusão racial e social lenta. Caso a USP adotasse a modalidade de cotas, a inclusão racial e social seria muito mais eficaz e veloz. Além disso, a USP poderia adotar critérios adicionais para a seleção de alunos oriundos de escola pública, como o critério de renda familiar, de modo a evitar que alunos cuja família possui alta renda sejam beneficiados tão somente por estudar em escolas públicas.

Referências

- IBGE. *Censo demográfico da população brasileira*. Brasília: IBGE, 2010.
<Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/> >
- USP. *Resolução CoG n° 5338 de 19 de junho de 2006*. <Disponível em:
<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-cog-no-5338-de-19-de-junho-de-2006> >
- USP. *Resolução n° 6583, de 4 de julho de 2013*. <Disponível em:
<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-6583-de-4-de-julho-de-2013>
>
- USP. *Resolução CoG n° 6584, de 5 de julho de 2013*. <Disponível em:
<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-cog-no-6584-de-5-de-julho-de-2013> >
- USP. *Manual do Vestibular Fuvest 2015 – INCLUSP*. <Disponível em:
http://www.fuvest.br/vest2015/manual/provas_-_inclusp.html >

Como citar

Venturini, Anna Carolina. O Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP). *Textos para discussão GEMAA IESP-UERJ*, n. 9, 2015, pp.